

20/07/2023 14:00

Justiça Itinerante oferece serviços e se aproxima de mil atendimentos

Ação que tem participação do TJPA ocorre até a sexta-feira, 2, em São Félix do Xingu



O programa Justiça Itinerante Cooperativa da Amazônia Legal chegou ao 3º dia, nesta quinta-feira, 20, em São Félix do Xingu e localidades próximas, na região sudeste do Pará, com mais de 700 pessoas atendidas em demandas previdenciárias, ambientais, trabalhistas. Os números ainda não incluem as pessoas que buscaram pelos demais serviços como expedição de carteiras de identidade, de trabalho, certidões de nascimento, certidão de óbito, CPF, além de atendimentos e odontológicos, oferecidos pelas equipes dos diversos órgãos que integram a ação.

O Tribunal de Justiça do Pará tem contribuído e muito para este resultado. Desde o primeiro dia da ação, os números de audiências, despachos e sentenças foram significativos. Na segunda, 17 de julho, foram realizadas 72 audiências, emitidos 63 despachos e proferidas 9 sentenças. No dia seguinte, 18, foram computadas 68 audiências, concluídos 54 despachos e proferidas 14 sentenças. Já na quarta-

feira, 19, o número de audiências chegou a 83, emitidos 68 despachos e proferidas 15 sentenças.

A dona Benvinda Oliveira tem 51 anos e há três, aguardava a oportunidade de solicitar o auxílio-doença, já que há dois anos, São Félix do Xingu está sem uma agência do INSS. A encarregada de construção civil foi atendida pela Justiça Itinerante, pediu o benefício e agora aguarda a perícia médica para saber se tem direito ou não ao benefício, ainda durante os trabalhos do dia.

A agilidade nos atendimentos e decisões fizeram com que o indígena de etnia Kayapó, Bepnhoti Atydjare, 52 anos, reunisse a família e outros integrantes da aldeia e fosse até a sede do município em busca de atendimento. “Minha esposa é diabética. Quando ouvimos sobre a itinerância, aumentou a esperança de ver o caso dela, pedido de auxílio-doença, resolvido. Vou trazer outras pessoas da aldeia para garantir que eles possam ter o mesmo atendimento que nós”, afirmou.

Esta é uma das mais amplas ações conjuntas do Estado brasileiro, a itinerância, iniciada no dia 17 de julho, ocorre até sexta-feira, 21, das 8h às 18h, tem a participação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e outros órgãos do Sistema de Justiça e do Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal).

A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), junto ao Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Atendimentos

O Judiciário estadual prevê realizar 300 audiências previstas no período, por meio da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) no Juizado Ambiental. Para auxiliar a população no deslocamento até a Escola Estadual de Ensino Médio Carmina Gomes, na sede do município, onde ocorre a itinerância, prefeitura local disponibilizou transporte saindo da Vila Taboca, distrito do município de São Félix do Xingu, desde a segunda-feira, 17.

Outros serviços

O Ibama presta esclarecimentos sobre infrações e multas ambientais, medidas de regularização e adesão a soluções, como conversão de multas em serviços ambientais. A comunidade também pode esclarecer dúvidas na área trabalhista. Há ainda emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS DIGITAL), inclusão na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), e atendimentos relacionados a abono salarial e ao seguro-

desemprego. O serviço contempla ainda representações sindicais durante a itinerância.

O Exército Brasileiro também participa da ação com a prestação dos serviços de saúde. Médicos e outros profissionais da saúde realizam consultas em clínica geral, pediatria e ginecologia, além de consultas odontológicas. Não será possível, durante a itinerância, a realização de exames laboratoriais ou de imagem devido à dificuldade de logística.

Na área previdenciária, trabalhadores rurais e pescadores artesanais poderão solicitar benefícios, e aqueles que tiveram pedidos negados poderão resolver a questão judicialmente. O INSS deverá analisar ainda a concessão de benefícios como aposentadoria rural, auxílio-doença, auxílio-maternidade e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para pessoas com deficiência e idosos.

As pessoas que precisam regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral poderão fazer o cadastramento eleitoral biométrico. A medida vigora no país desde 2008, quando foram efetuados os primeiros testes. A identificação do eleitor traz mais segurança a todo processo de votação. O Tribunal Regional Eleitoral do Pará trouxe a Escola de Justiça Eleitoral que ensina crianças, jovens e adultos a utilizarem a urna eletrônica.

Litígios de grande repercussão e complexidade

Dividida em três eixos de atuação (ambiental, acesso à Justiça e à cidadania e coleta de dados), a Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal permitirá que, em uma única ação, sejam resolvidas demandas em localidades nas quais foram identificadas pouca presença do Estado e alto índice de litígios de grande repercussão e complexidade.

Participam da ação, pelo Judiciário e Sistema de Justiça: CNJ, CNMP, CSJT, CJF, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Tribunal Regional do Trabalho da 8.^a Região, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pará, a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR).

Por parte do Executivo Federal, participam: Advocacia-Geral da União, Ministérios da Defesa, da Justiça e Segurança Pública, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial, Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Estão presentes ainda o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura de São Félix do Xingu.

Oficinas

Ainda na quarta-feira, durante a oficina de trabalho, aconteceu a exibição do filme pureza do cineasta Renato Barbieri, estrelado pela atriz paraense Dira Paes.

Os atendimentos do Justiça Itinerante Cooperativa da Amazônia Legal acontecem até a sexta-feira, 21, das 8h às 18h, na Escola Estadual de Ensino Médio Carmina Gomes.

Fonte: *Coordenadoria* *de* *Imprensa*
Texto: *Andrea Cordeiro, Anna Carla ribeiro e Adil Bahia com informações da*
Agência *CNJ*

Foto: Ricardo Lima/TJPA / Ricardo Lima / null